

DESAFIOS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA CONTEMPORANEIDADE

CONTEMPORARY CHALLENGES IN UNIVERSITY EXTENTION

UERJ - RJ

Silene de Moraes Freire¹

RESUMO

O artigo objetiva discutir os rumos contemporâneos da extensão universitária no Brasil, através da análise da atual centralidade do tema do empreendedorismo neste espaço acadêmico e sua relação com as propostas derivadas da lógica mercantilista. Busca traçar aspectos importantes para compreensão desta questão com os rumos atuais do ensino superior brasileiro. A metodologia de elaboração do texto incluiu as concepções teóricas de abordagem dos fatos selecionados para reflexão. Aspectos de diferentes conjunturas nacionais foram levantados em fontes bibliográficas diversas com o objetivo de inserir historicamente cada luta desse segmento educacional.

Palavras-Chave: Extensão Universitária. Ensino Superior. Empreendedorismo. Neoliberalismo

ABSTRACT

This article aims to discuss the contemporary directions of university extension in Brazil by analyzing the current centrality of entrepreneurialism in the academic space and its relationship with proposals derived from mercantilist logic. It seeks to outline important aspects for understanding this issue in relation to the current directions of Brazilian higher education. The text elaboration methodology included theoretical concepts about the facts that were selected for reflection. Different aspects of national scenarios were analyzed in different bibliographic sources in order to insert historically the struggle of this educational segment.

Keywords: University Extension. Higher Education. Entrepreneurialism. Neoliberalism.

¹ Professora Adjunta do Departamento de Política Social da FSS da UERJ, Doutora em Sociologia pela USP, Pró-cientista, bolsista de produtividade do CNPq, Coordenadora do Programa de Estudos de América Latina e Caribe da UERJ. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação Strictu Sensu da FSS/UERJ. sileneffreire@gmail.com; silene-freire@ig.com.br

Introdução

O presente estudo faz parte de nossas reflexões acerca dos rumos da Universidade Pública no Brasil, realizadas no Programa de Estudos de América Latina e Caribe – PROEALC –, Programa de Extensão da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Para desenvolver o mesmo, utilizamos como metodologia elementos fundamentais para a construção de uma investigação de caráter teórico-interpretativo. Desse modo, a metodologia incluiu as concepções teóricas de abordagem dos fatos selecionados para reflexão. Também buscamos uma aproximação histórica.

Aspectos de diferentes conjunturas nacionais foram levantados em fontes bibliográficas diversas com o objetivo de inserir historicamente cada luta desse segmento educacional. Assim, a meta da narrativa do estudo apresenta sua consonância com a metodologia desenvolvida, dando sentido a questão estudada e ressaltando sua importância em cada contexto diferenciado. Entendemos por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Neste sentido, a metodologia ocupa um lugar central na teoria e está sempre referida a elas.

A preocupação temática desse artigo surgiu da centralidade que o empreendedorismo vem ocupando no campo da extensão, sem que haja a promoção de nenhum debate que possibilite aprofundar o entendimento dessa relação, aspecto que confirma a história bastante polêmica da extensão no desenvolvimento das universidades brasileiras. Nesta história, é possível ver uma acumulação fantástica de contradições, paradoxos, equívocos, imprecisões e diversidades de entendimentos que até hoje limitam um fácil entendimento de sua função.

A insuficiência da produção e do debate acadêmico a esse respeito é fruto da facilidade com que a entronização das atividades, rotinas e práticas geram “definições” institucionais distanciadas dos objetivos originais. Confundir atividades com objetivos, rotinas com normas orientadoras, práticas usuais (ou difundidas) com definições ou emergências com prioridades é, por mais absurdo que pareça, uma das práticas comuns na universidade (BOTOMÉ, 1996).

O resultado mais evidente desse processo é uma ampla e profunda descaracterização da Universidade Pública. Essa constatação, a nosso ver, soma-se ao entendimento de que a própria força da universidade, historicamente, tem sido decorrência da clareza conceitual e das práticas que realiza em relação às suas responsabilidades específicas enquanto instituição na sociedade.

Breves Traços da História da Extensão Universitária no Brasil

As universidades públicas estão institucionalizadas de maneira a reproduzir todos os traços da sociedade brasileira. Dessa forma, não sem razão, a primeira e significativa inflexão histórica da extensão universitária no Brasil ocorreu no primeiro ano da chamada “Revolução de 30”.

Como é amplamente sabido, o golpe de outubro fez com que o governo brasileiro passasse a exercer forte domínio não somente no âmbito da política econômica, como também no campo da política social, aspecto que também pode ser ilustrado através da política de educação do período. Não por acaso, a ideia de educação como função social e um serviço essencialmente do Estado concretiza-se no governo Vargas a partir de 1931, com a Reforma Francisco Campos. Tal reforma, na verdade, é a reunião de seis decretos que se referem em grande parte ao ensino secundário e ao ensino superior com a criação do Estatuto das

Universidades Brasileiras².

As primeiras menções do termo extensão aparecem nesse Estatuto e já demonstram uma forte ligação com a ideia de relação com a sociedade. Várias universidades incorporaram a definição de extensão presente neste Decreto que ampliou a formulação inicial de extensão que havia sido assimilada no Brasil, nas primeiras décadas do século XX. Embora apresente inovações e mencione expressões como “benefício coletivo” e “vinculação íntima com a realidade”, o Decreto limita a efetivação da extensão à esfera da realização de cursos e conferências e parece induzir à compreensão de que a pesquisa e o ensino não precisam mudar.

Vemos, assim, que foi dentro de um governo ditatorial, com concepções elitistas, que se buscou, pela primeira vez na história brasileira (através da extensão), criar uma aproximação da universidade com a sociedade. Proximidade esta que não se efetivará nesta conjuntura e se perpetuará ao longo dos anos mantendo esse distanciamento. Após a ditadura Vargas, apesar de ter passado por alguns aperfeiçoamentos, a extensão universitária continuaria a ser alvo de críticas e questionamentos que evidenciarão os equívocos e as más formulações das funções sociais atribuídas a essa esfera.

No final da década de cinquenta, em consonância com a efervescência social e política que animava o país, a tônica da reforma universitária reapareceu. Neste contexto, questionamentos acerca da universidade, bem como propostas para mudar a própria estrutura da instituição, ganharam novas e ampliadas dimensões, que irão se estender até o início da década de sessenta³.

É importante ressaltar que, se por um lado as novas tendências do movimento universitário avançaram na construção de um debate mais crítico, com relação às questões mencionadas, por outro, no âmbito governamental, esse avanço não será incorporado. A Lei 4.024 de 1961 não deixou dúvidas sobre esse aspecto quando caracterizou a extensão como mera modalidade de curso, ignorando suas finalidades.

No ano de 1967, o Ato Institucional nº 2 cria e define o Departamento vinculado ao ensino e à pesquisa, onde a concepção de extensão do regime foi apresentada através do Decreto de Lei nº 252. Neste Decreto, evidencia-se o caráter complementar da extensão com relação ao ensino e a pesquisa, para atribuir a esses últimos o sentido de “utilidade social” que não possuem.

Pode-se dizer que durante os “anos de chumbo” impostos pela ditadura os equívocos com relação à extensão aprofundam-se, agravando ainda mais o quadro que caracterizava o ensino e a pesquisa no país. “Cabia à extensão fazer o que eles não faziam e, assim, poderiam continuar a ser o que eram” (BOTOMÉ, 1996, p.67): esferas descompromissadas com a realidade social. O regime militar deixou evidente, sobretudo,

² O Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, que institui o regime universitário no Brasil e se constitui no Estatuto das Universidades Brasileiras, reforçou a falta de diversificação de nosso ensino superior, ao mesmo tempo que aprofundou a velha concepção aristocrática de ensino. A Lei refletia, assim, uma das contradições de nossa vida política e social.

³ Ainda que as formulações a respeito da questão da extensão tenham atravessado três décadas reproduzindo equívocos e argumentos inconsistentes, podemos dizer que o debate acerca do modo como a universidade cumpriria seu papel social irá persistir até a ditadura militar, instaurada com o Golpe de Estado de 1964. A partir desse momento, o quadro de referência para esses debates e tendências sofrerá imensas restrições.

nos documentos que anunciaram a Reforma Universitária de 1968, que as instituições universitárias deviam intrometer-se nos problemas sociais em conformidade com a definição governamental, sem interferir ou ameaçar o interesse do regime.

Como é amplamente conhecido, a ditadura militar deixou marcas profundas na sociedade brasileira. Se consideramos o debate em torno da extensão universitária no período político inaugurado logo após o término do regime militar, o que poderemos perceber é uma espécie de onda de desinteresse sobre o tema, que irá perdurar praticamente por toda a década de oitenta. O mesmo não ocorrerá nos anos noventa, dentre os inúmeros debates que envolveram as comunidades acadêmicas brasileiras nesse período, o da extensão universitária apareceu frequentemente como uma temática a ser aprofundada.

Não é casual que a efervescência dessa questão parece ter sido ainda mais ampliada após os primeiros apontamentos do Ministério da Educação de Fernando Henrique Cardoso, com relação à nova política universitária do país. Neste sentido, não seria exagero observar que a premissa para o reinício da discussão sobre extensão, na década de noventa, foi a guinada da universidade para a “mentalidade privatizante” que as reformas estruturais de cunho neoliberal, centradas na desregulamentação dos mercados, na abertura comercial e financeira, na privatização do setor público e na redução do Estado, promoveram.

A Extensão Universitária no Contexto Neoliberal

A avalanche neoliberal que o Brasil começou a assistir na última década do século XX demonstra que os problemas sociais aprofundados nesse quadro histórico que atravessamos não representaram apenas uma retórica, mas um processo com profundas raízes em nossa sociedade. O descaso com a realidade social brasileira, bem como a utilização privada das esferas públicas, faz parte da história de nossas instituições.

Entretanto, seria um equívoco ignorar que o neoliberalismo promoveu, e continua promovendo, estragos ainda mais sérios do que os já conhecidos. Alguns avanços conquistados no século passado, como o Estado de Bem-Estar, cujas configurações em nosso país sempre foram frágeis, são considerados “problemas”, sendo até apontadas como “causas” de muitos de nossos males. Melhor dizendo, as consequências de um modelo injusto e desigual, mesmo para padrões capitalistas, são confundidas com as causas pelo neoliberalismo. Assim sendo, tal como no econômico, a intervenção do Estado no social é vista como pouco “recomendável”, devendo ser substituída pela lógica do mercado.

Isto posto, é importante entender que as transformações sofridas pela educação superior no Brasil e nos demais países latino-americanos, com a efetivação da agenda política neoliberal, não ocorreram por “geração espontânea” nem por demanda de sua clientela, mas, sim, abarcadas por diversas orientações encontradas nos principais documentos dos organismos multilaterais, como o Banco Mundial, assim como na cartilha do Consenso de Washington.

Dentre as exigências destacam-se: a necessidade de que o Estado se desvencilhe

da manutenção da educação superior, deixando esta a cargo da iniciativa privada, se ocupando apenas da educação básica e média; a indicação para as instituições de ensino superior se organizarem e serem geridas como empresas econômicas; a importância das universidades públicas serem privatizadas ou diversificarem suas fontes de recursos (via cobrança de mensalidades, contratos de pesquisa com empresas, venda de serviços e consultorias, e doações de iniciativa privada) e a imposição do máximo de diferenciação institucional (universidades de pesquisa, de ensino, centros universitários, etc.), o que garantiria a competitividade e, conseqüentemente, o progresso desses domínios (DRUCKE; FILGUEIRAS, 1997).

Essas recomendações pretenderam ser válidas para todos os países, sem considerar as especificidades nacionais e de seus sistemas universitários. Entretanto, elas tiveram maior êxito especialmente nos países de periferia, devido a menor capacidade de resistência das respectivas sociedades civis, organizações científico-acadêmicas e instituições universitárias, além das conjunturas econômico-políticas vividas pelos diferentes países por ocasião da implantação dessa agenda política.

Cabe lembrar que as autoridades brasileiras iniciaram em 1995 o atual processo de reconfiguração da educação superior no país, dando centralidade ao conceito da educação como um serviço competitivo não exclusivo do Estado, de autonomia financeira das universidades, em lugar da autonomia de gestão financeira, de contratos de gestão, de público não estatal etc., que permearam as linhas tanto da legislação aprovada pelo parlamento quanto pelos decretos presidenciais e das portarias do Ministério da Educação⁴.

O ajuste promovido pelo neoliberalismo tornou o ensino superior um mercado promissor que despertou interesses empresariais. A lógica empresarial deu ao ensino superior do país uma nova cara, muito diferente das universidades e centros de excelência baseados no tripé ensino-pesquisa-extensão.

Tendo como pressuposto a lógica do mercado, a instalação de um novo estabelecimento de ensino não se norteia mais pelo desenvolvimento nacional, mas pelas possibilidades de ser lucrativo ao seu dono. Conforme observou Carlos Lessa (1999, p. 23), a radicalidade da adoção do paradigma de mercado defendida pelo neoliberalismo “amesquinha a visão de Universidade, hipertrofia os argumentos utilitaristas e abre uma busca desesperada da mercadoria a ser produzida pela Universidade”.

O objetivo das iniciativas empresariais é oferecer um produto vendável para mais pessoas e com margens de lucro vantajosas, ainda que com baixa qualidade. Como numa fábrica de diplomas, o que conta no final é ter consumidores para o produto à venda: a educação. Desta forma, dois pontos não obrigatórios nas instituições de ensino superior, mas são muitas vezes deixados de lado: a pesquisa que se arrisca a tornar-se uma característica ínfima, para não dizer inexistente; e a extensão que pode acabar se tornando uma forma mascarada de arrecadação financeira. Ou seja, no momento atual, em que a universidade pública sofre as mais duras ameaças, o desenvolvimento da extensão universitária, enquanto possibilidade do compromisso da instituição com a transformação

⁴ Com relação ao processo de expansão do ensino superior no Brasil a partir dos anos 90, o que se verifica é a abertura indiscriminada de instituições particulares.

da realidade, perde espaço diante da voracidade da lógica mercadológica. A força desse paradigma inspira ações universitárias despreocupadas com uma fundamentação para além dos critérios do mercado.

Carlos Lessa (1999) acha importante ressaltar que a prestação de serviços à economia e à sociedade é um dos caminhos pelos quais a universidade estende sua presença para fora da instituição. Dessa forma, operando como um sistema de apoio aos serviços da sociedade e às empresas, a instituição apresenta-se, assimila e transporta para o ensino, a pesquisa e a extensão as características do contexto em que está inserida.

Entretanto, essa prestação de serviços conduz a universidade ao risco fronteiro de se converter em uma macroconsultoria. Para tanto, basta assumir o critério de mercado e entender tal via como um caminho complementar de financiamento do ensino superior. No Brasil, “o risco é crescente em razão da dramática escassez de financiamento público, o que desvia a universidade em direção à venda mercantil de serviços” (LESSA, 1999, p. 24). Em outras palavras, submetida à lógica do mercado, ou ao discriminatório da conjuntura política, a universidade enfraquece-se.

A questão central que esse debate deve encarar é que não se conquistam direitos pelo mero acesso ao “mercado”, e sim através de políticas públicas universais e igualitárias. Nesta perspectiva, entendemos que a extensão universitária, principalmente das Universidades Públicas, tem hoje como desafio central “a defesa das Políticas Públicas, participando na formulação, acompanhamento e avaliação dessas Políticas em todos os âmbitos da federação e setores de atuação, especialmente aqueles relacionados à garantia dos direitos” (SOARES, 2007, p.2). Conforme observou Laura Tavares Soares “não podemos transformar a Extensão em programas *pobres* para *pobres* (*a la* “responsabilidade social” das empresas, apenas para aplacar a “má consciência” a respeito do seu papel social)” (idem).

Ainda segundo Soares, no debate dito “moderno”, que vem se constituindo uma espécie de “novo consenso”, prega-se a “autosustentabilidade” e o “empreendedorismo” como um modo de afirmar que depender do Estado é algo “negativo”. Não por acaso, um dos maiores pilares da “desresponsabilização” do Estado na garantia dos direitos é sem dúvida o empreendedorismo. Esta figura de destaque na extensão universitária da atualidade tem como pressuposto que o pequeno negócio, sobretudo viabilizado pelo microcrédito, eleva a autoestima, desenvolve responsabilidade individual, inclui no universo da liberdade que é o mercado. Essa é a negação da verdadeira essência da extensão. Essa estratégia de enfrentamento da questão social é vista quase como uma decorrência natural das transformações em curso na realidade. Com isso se afirmam vitoriosas as teses neoliberais.

Essas idéias, segundo Soares, reforçam – de maneira perigosa, irresponsável e hipócrita – a ideologia (neo)liberal de que “pessoas e comunidades” são as responsáveis pela resolução dos seus próprios problemas, tratando a intervenção do Estado como algo “paternalista”, elas legitimam o declínio da esfera pública.

Apesar de todas as armadilhas que o empreendedorismo engendra fora e dentro da extensão universitária, não são poucos aqueles que acriticamente resumiram a extensão ao mesmo. Talvez pela naturalização do consenso da soberania do mercado frente à

universidade.

Atualmente, a história da extensão universitária no país se repete nos limites e dificuldades que ainda apresenta, sendo que muitos desses limites foram agravados, sobretudo quando o termo extensão é utilizado para sublinhar a formação de empreendedores e o oferecimento de cursos ministrados em universidades públicas. Só que hoje esses cursos são, em sua maioria, pagos⁵. Uma coisa é clara: o tema da extensão e seu significado nas universidades brasileiras continua sendo de suma importância dentro dessa longa batalha, agravada pelas políticas de cunho neoliberal, para aproximar os objetivos das universidades públicas aos interesses revelados pela problemática social.

Considerações Finais

Conforme observou Marilena Chauí, “o neoliberalismo não é uma lei natural nem uma fatalidade histórica nem muito menos o fim da história” (CHAUÍ, 1999, p. 512). Entretanto, observa a filósofa, é ideologia de uma forma histórica particular assumida pela acumulação do capital, “algo que os homens fazem em condições determinadas, ainda que não o saibam e que podem deixar de fazer se, tomando consciência delas, decidirem organizar-se contra elas” (idem). Por isso, não podemos ignorar a tragédia da educação brasileira sob os efeitos do projeto neoliberal que, no caso da universidade, implantou-se sem disfarces pelo prisma das relações de mercado, dando como óbvio que essa lógica é a solução para os problemas educacionais.

Por mais distintas que sejam as experiências e realidades de nossas universidades, a discussão sobre a importância da extensão universitária foi historicamente impulsionada por um aspecto comum a todas: o da percepção de que a universidade caminhava distanciada da realidade social do país. Em outras palavras, a extensão se construiu e se desenvolveu como atividade universitária em conexão com o reconhecimento de que ensino e pesquisa não respondiam aos interesses de tal realidade; ela poderia reduzir esse distanciamento.

Se cairmos nas armadilhas contemporâneas que assolam a extensão estaremos impedindo que ela possa assumir um papel transformador, sobretudo da dura realidade de parcelas ainda majoritárias de jovens brasileiros que não têm acesso ao ensino superior e tampouco têm garantidos seus direitos mais essenciais.

⁵ Como observou Diogo Moysés, “na realidade, tais cursos são destinados a incrementar as verbas deficitárias das universidades e, ainda, uma forma nada transparente de aumentar a folha de pagamento de alguns docentes” (Moysés, 2001, p.12). Além deste aspecto, diz o autor, temos que atentar para o fato de que esses cursos, ao serem pagos, contradizem na essência uma possível intenção de socializar o conhecimento produzido na universidade.

REFERÊNCIAS

BOTOMÉ, Silvio Paulo. Pesquisa alienada e ensino alienante: o equívoco da extensão universitária, Petrópolis / São Carlos/ Caxias do Sul, Vozes/ EDUFSCar/ EDUCS, 1996. 248p.

CHAUÍ, Marilena. Ideologia neoliberal e universidade. In: OLIVEIRA, Francisco e PAOLI, Maria Célia. Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global. Petrópolis, Vozes, 1999. 335p. p.27-51

DRUCK, Graça; FILGUEIRAS, Luiz. O projeto do Banco Mundial, o governo FHC e a privatização das universidades federais. Plural, São Paulo, FFLCH-Sociologia/USP, v.6, n.9, 1.sem. de 1997. p.15-27,

FREIRE, Silene. Extensão Universitária e Direitos Humanos: desafios na contemporaneidade. Revista Extensão em Foco, n.2. Pós-Reitoria de Extensão e Cultura da UFPR, 2008. p.33-42.

FREIRE, Silene de Moraes, MOURA, Tássya. SETÚBAL, Mariana de Oliveira. Direitos Humanos e Extensão Universitária: uma relação necessária. Revista Interagir.DEPEXT/UERJ/UFF, 2005, p.39-45.

LESSA, Carlos. A universidade e a pós-modernidade: o panorama brasileiro. Dados, Rio de Janeiro, v.42 n.1 p.23-64,1999.

MOYSÉS, Diogo. Nas discussões sobre extensão universitária, ainda não se fez o mais importante: diagnosticar a origem do debate. São Paulo. Editora Casa Amarela, novembro de 2001. p.12-14. Caros Amigos Especial, n.9.

SOARES, Laura Tavares. Prefácio: Direitos humanos políticas públicas e extensão universitária. In: FREIRE, Silene de Moraes (Org.). Direitos humanos, violência e pobreza na América Latina contemporânea, RJ, Letra e Imagem, 2007 230 p.9-12.

